



Ministério da Educação
Universidade Federal de Alfenas
Diretoria de Processos Seletivos
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Bairro centro, Alfenas/MG - CEP 37130-001
Telefone: (35) 3701-9290

TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ ÁREA: ANÁLISES CLÍNICAS

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Aspectos sintáticos, morfossintáticos e semânticos

- 1.1 Classe de palavras: função e significado das palavras nos enunciados e nos textos, emprego de conectores;
- 1.2 regência nominal e verbal;
- 1.3 uso do sinal indicativo de crase;
- 1.4 concordância nominal e verbal.

2. Aspectos discursivos e textuais

- 2.2 Coesão e coerência textuais;
- 2.3 argumentação: pertinência, relevância e coerência dos argumentos; formas de articulação dos argumentos.

3. Noções de texto e discurso

- 3.1 Compreensão e interpretação de textos;
- 3.2 intertextualidade e interdiscursividade: relações entre textos;
- 3.3 redação oficial e gêneros textuais oficiais: estrutura e função (e-mail, ofício, ata, declaração, despacho administrativo, portaria e resolução).

4. Usos da língua em diferentes contextos

- 4.1 Variantes linguísticas;
- 4.2 diversas modalidades de usos da língua;
- 4.3. língua falada e língua escrita: características, especificidades e contextos de uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1. BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é e como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- 2. BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- 3. BRASIL. *Manual de Redação da Presidência da República*. 3. edição, revista, atualizada e ampliada pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (atualizado pela Portaria nº 1.369, de 27 de dezembro de 2018). Disponível em:

<<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2023.

4. BRASIL. Decreto nº 9758, de 11 de abril de 2019. Dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9758.htm>. Acesso em: 16 out. 2023.

5. FAVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 2007.

6. FERRAREZI JUNIOR, C. *Sintaxe para a educação básica*: com sugestões didáticas, exercícios e respostas. São Paulo: Contexto, 2012. 171.

7. FIORIN, J. L. *Lições de texto, leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2003.

8. GARCIA, O. M. *Comunicação em Prosa Moderna*. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

9. KOCH, I. G. V. e ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

10. VAL, M. C. V. *Redação e textualidade*. 3.ed São Paulo: Martins Fontes, 2006. 133.

LEGISLAÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Ética no Serviço Público;
2. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União;
3. Procedimentos e Processos Administrativos;
4. Improbidade Administrativa;
5. Licitações e Contratos Administrativos;
6. Crimes praticados por funcionário público e por particular contra a Administração em geral;
7. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. BRASIL. DECRETO - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal (artigo 312 a 337-A). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm.

2. BRASIL. DECRETO nº 1.171, de 22 de Junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm.

3. BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm.

4. BRASIL. Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm.

5. BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9784.htm.

6. BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm.

7. BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm.

NOÇÕES GERAIS DE INFORMÁTICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conhecimentos básicos de Sistemas Operacionais (MS-Windows);
2. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, formatação) com Editores de Texto (MS-Word, LibreOffice-Writer ou Google-Docs);
3. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, funções) com Planilhas Eletrônicas (MS-Excel, LibreOffice-Calc ou Google-Docs);
4. Operações básicas de Navegação na Internet (Google-Chrome ou Mozilla-Firefox);
5. Operações básicas de Correio Eletrônico (Yahoo!Mail, Google-Gmail ou Microsoft-Hotmail);
6. Noções de segurança: conceitos de vírus (spyware, spam, worms etc.), acesso a sites seguros, golpes e ataques na Internet, cuidados e prevenções.

Serão consideradas as versões lançadas a partir do ano de 2012 para todos os produtos citados no Conteúdo Programático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. Manuais e opções de ajuda dos produtos citados no Conteúdo Programático.
2. Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil, CERT.br. Cartilha de segurança para internet. 2. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012. Disponível em: <<https://cartilha.cert.br/livro/>>. Acesso em: abr. de 2024.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Identificação, usos das vidrarias e equipamentos, e preparo de soluções em laboratório;
2. Biossegurança e boas práticas em laboratórios;
3. Gerenciamento de reagentes químicos e resíduos de laboratório;
4. Coleta e preparo de amostras biológicas;
5. Fatores pré-analíticos em ensaios laboratoriais;
6. Fundamentos básicos em bioquímica, hematologia, microbiologia, parasitologia e suas principais técnicas utilizadas em laboratório clínico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. ADAMI, Eliana Rezende. Diagnóstico hematológico. 1ª Edição. Ed. Contentus, São Paulo-SP, 2020. E-

book. ISBN 9786559351343.

2. ALMEIDA, M. F. C. (org.). Boas práticas de laboratório. 2. ed. Editora Difusão, 2013. E-book. ISBN 9788578083823.

3. BRASIL. ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n^o 222, de 28/03/2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf > Acesso em: 12 abr. 2024.

4. BRASIL. ANVISA. Resolução da diretoria colegiada- RDC N^o 786, DE 5 DE MAIO DE 2023. Requisitos para o funcionamento de Laboratórios Clínicos e demais serviços relacionados. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-786-de-5-de-maio-de-2023-482394228?ga=2.179574628.1333922278.1683739289-1944629256.1683739289>> Acesso em: 12 abr. 2024.

5. BRASIL. Lei n^o 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n^o 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso em: 12 abr. 2024.

6. BRASIL. Resolução CONAMA n^o 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5046>> Acesso em: 12 abr. 2024.

7. BURTIS, C.A., ASHWOOD, E.R. TIETZ - Fundamentos de Química Clínica. 7^a edição. Editora Elsevier, 2016.

8. HIRATA, M. H.; MANCINE-FILHO, J.; HIRATA, R. D. C. Manual de Biossegurança. São Paulo: Manole, 2017.

9. MELZER E.E.M. Preparo de Soluções - Reações e Interações Químicas. São Paulo: Saraiva, 128p, 2014.

10. NEVES, D.P., MELO, A.L., LINARDI, P.M., VITOR, R.W.A. Parasitologia Humana. 13a Edição, Ed. Atheneu, Rio de Janeiro, 2016.

11. Recomendações da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial (SBPC/ML): Coleta e Preparo da Amostra Biológica. 1^o Edição, Ed. Manole, Barueri, SP, 2014. (Capítulo 6).

12. Recomendações da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial (SBPC/ML): Fatores pré-analíticos e interferentes em ensaios laboratoriais. 1^o Edição, Ed. Manole, Barueri, SP, 2018. (Capítulo 1, 3-6) <<https://bibliotecasbpc.org.br/pags/view.archive.php?ID=2307&PATH=pdf>> Acesso em: 12 abr. 2024.

13. CUNHA, Andréa Mendonça Gusmão. Coleção Manuais de Farmácia; 5. Editora SANAR, 2019. ISBN 978-85-5462-143-81.



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo José Rodrigues Liska**, Diretor(a) de Processos **Seletivos**, em 17/04/2024, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6^o, § 1^o, do [Decreto n^o 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1230931** e o código CRC **10DDA769**.